

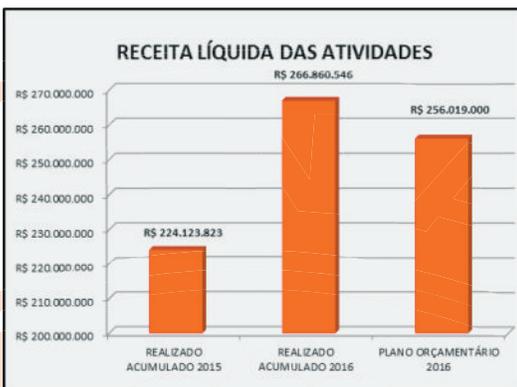


SPORT CLUB INTERNACIONAL

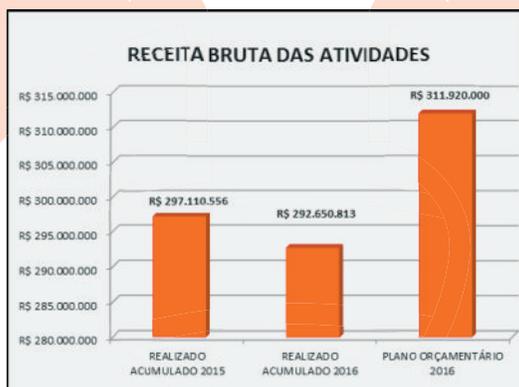
RELATÓRIO DA DIRETORIA

11. Redução do endividamento Banrisul de R\$ 60,6 milhões no ano de 2015 para 49,7 em 2016.

	PÚBLICO PAGANTE		PÚBLICO TOTAL RENDA		JOGOS
CAMPEONATO GAÚCHO	137.983	166.336	R\$ 5.621.355,00	10	
COPA DO BRASIL	53.774	60.600	R\$ 839.285,00	3	
PRIMEIRA LIGA	17.863	20.905	R\$ 263.240,00	2	
CAMPEONATO BRASILEIRO	483.010	545.610	R\$ 12.020.946,00	19	
TOTAL	692.630	793.451	R\$ 18.744.826,00	34	
MÉDIA	20.371	23.337	R\$ 551.318,10		



Receita Líquida das Atividades: É a receita bruta menos as deduções incidentes em negociação de atletas, arrecadação com bilheteria de jogos, televisionamento e marketing.



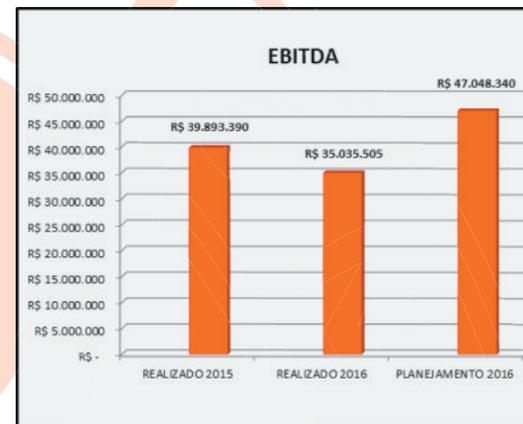
Receita bruta das atividades: Conjunto das receitas decorrente da atividade principal do clube (Bilheteria; Televisionamento; Negociação de Atletas; Mensalidades Sociais; Patrocínios e Publicidade)



Resultado Operacional Bruto: É a receita líquida deduzindo o custo operacional das atividades.



Resultado Operacional Líquido: Resultado operacional bruto diminuído das despesas comerciais, gerais e administrativas e atividades descontinuadas.



Ebitda: Geração de recursos totais excluídos os efeitos financeiros que não refletem no caixa. Resultado contábil do exercício apurado por competência observado rigorosamente todos os critérios contábeis para todas as entidades desportivas.

O Sport Club Internacional apresenta suas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016. Registre-se que a presente publicação refere-se única e exclusivamente às demonstrações contábeis do clube, atendendo à Lei 9.615/98 em seu art. 46-A e à Lei 13.155/2015 em seu art. 4º, VI. O Conselho Fiscal aprovou as demonstrações contábeis e desaprovou as contas por procedimentos de controles internos. Como exigido na legislação, as peças e os registros que lhe dão suporte foram submetidas a exame de Auditores Independentes, que emitiram Parecer atestando que as mesmas **refletem adequadamente a situação econômica e financeira do clube**, observada a ressalva contábil relatada no mesmo parecer.

No que se refere ao conteúdo, vale destacar o seguinte:

- Cumprimento do orçamento do Clube aprovado no Conselho Deliberativo;
- Faturamento bruto de R\$ 309 milhões e receita líquida de R\$ 266 milhões, sendo esta última superior ao exercício anterior e ao valor orçado;
- Tendo em vista o recebimento de luvras por televisionamento, as cotas de TV foram as maiores receitas do ano, totalizando R\$ 154 milhões. Esta verba proporcionou o equilíbrio orçamentário em 2016, tendo em vista a realização de venda de direitos econômicos em R\$ 75 milhões inferior ao anterior e R\$ 36 milhões menor do que o orçado;

COTAS DE TELEVISIONAMENTO	2016
CAMPEONATO GAÚCHO	7.840.000
PRIMEIRA LIGA	137.500
COPA DO BRASIL	3.377.811
CAMPEONATO BRASILEIRO (TV)	82.109.436
CAMPEONATO BRASILEIRO (LUVAS)	61.000.000
TOTAL	154.464.747

4. Receitas sociais de R\$ 11,6 milhões, indicativo da grandeza do quadro social colorado:

QUADRO SOCIAL	30/12/2016
TOTAL DE SÓCIOS	107.969
INADIMPLENTES	20.526
EM DIA	82.670
INADIMPLÊNCIA	19,01%

NÚMERO ABSOLUTO	30/12/2016
HOMENS	107.969
MULHERES	20.526
JURÍDICO	82.670

POR LOCALIDADE (Nº ABSOLUTO)	30/12/2016
POA	41.303
GRANDE POA	13.715
INTERIOR RS	39.325
FORA RS	13.357
EXTERIOR	269

- Custos operacionais na ordem de R\$ 170 milhões, finalizando o exercício com R\$ 10 milhões abaixo do orçamento anual.
- Resultado operacional bruto (receitas das atividades menos custos operacionais) de R\$ 96 milhões e resultado operacional líquido positivo de R\$ 14,9 milhões;
- Déficit contábil de 11 milhões;
- EBITDA (resultado positivo na geração de recursos) de R\$ 35 milhões;
- Investimentos em projetos e licenciamento do Centro de Treinamentos em Guaíba;
- Reconhecimento integral de passivos cíveis e trabalhistas, bem como contratos de direito de imagem com vigência futura;



Custos Operacionais: Reflete toda remuneração de todos os profissionais envolvidos no Internacional em todas as categorias relacionadas ao futebol, inclusive encargos, logística, materiais de consumo, serviços e amortização dos direitos federativos do exercício.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante		Passivo e patrimônio líquido Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.413.996	Fornecedores	1.722.309
Devedores por cessão de direitos econômicos (Nota 6)	9.970.709	Empréstimos (Nota 14)	43.539.979
Contas a receber (Nota 7)	118.271.989	Direito de imagem a pagar (Nota 13)	46.139.808
Estoques	3.552.621	Obrigações com atletas e clubes	17.638.113
Adiantamentos (Nota 8)	670.012	Credores participação negociação de atletas (Nota 15)	39.628.719
Devedores diversos (Nota 9)	943.068	Obrigações trabalhistas (Nota 16)	17.376.710
Outros créditos (Nota 10)	507.308	Obrigações fiscais e sociais (Nota 17)	10.101.016
Depósitos judiciais (Nota 20)	1.061.768	Dívidas fiscais e sociais PROFUT (Nota 18)	2.468.391
	136.391.471	Contas a pagar e adiantamentos de terceiros (Nota 19)	111.490.172
	109.156.014	Provisões para contingências (Nota 20)	21.714.085
		Outras obrigações	409.807
			312.229.109
Não circulante		Patrimônio líquido	
Realizável a longo prazo	9.359.469	Ajuste de avaliação patrimonial	463.884.639
Depósitos judiciais (Nota 20)	114.403.489	Déficit acumulado	(75.805.598)
Contas a receber (Nota 7)	123.762.958		388.079.041
Investimentos (Nota 11)	1.095.483		959.988.770
Imobilizado (Nota 12)	599.170.139		847.326.830
Intangível (Nota 13)	99.570.719		
	699.834.341		
		Total do passivo e patrimônio líquido	959.988.770
Total do ativo	959.988.770		847.326.830

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 EM REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO

1. Informações gerais das atividades

(a) Estrutura jurídica e objetivos

O Sport Club Internacional, fundado em 04 de abril de 1909 constitui-se como Associação Privada sem fins lucrativos, com sede na Cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objetivo primordial o desenvolvimento de atividades desportivas, sociais e culturais, notadamente pela prática de futebol profissional e amador, bem como de outros esportes, profissionais e amadores, olímpicos ou não. Atualmente, conta com 622 (2015 - 576) colaboradores (atletas e funcionários), e ainda 20 menores aprendizes (2015 - 19), contratados com base na Lei nº 10.097/2000 do Ministério do Trabalho e Emprego, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005, que estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos, por período estabelecido de no máximo dois anos.

(b) Fontes de receitas

Atualmente, as receitas do Clube são originadas, principalmente, de: (a) cessão de direitos econômicos sobre atletas; (b) rendas provenientes de competições desportivas - arrecadação da bilheteria de jogos e televisionamento; (c) contribuições sociais - mensalidades, taxa de manutenção, joias e anuidades; (d) aluguel de instalações sociais e desportivas e (e) patrocínios e licenciamento.

(c) Aspectos operacionais, legais e normativos

A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, alterada pelas Leis nº 9.981, de 14 de julho de 2000, nº 10.264, de 16 de julho de 2001, nº 10.672, de 15 de maio de 2003, nº 11.118, de 19 de maio de 2005, e nº 12.395 de 16 de março de 2011 (Lei Pelé), instituiu normas gerais sobre o desporto. A compilação dessas Leis determina as relações jurídicas das entidades desportivas com os atletas, equiparando-as, para fins de fiscalização, às sociedades empresárias, quanto aos aspectos fiscais, previdenciários, financeiros, contábeis e administrativos.

Nos termos da legislação vigente, o Clube está subordinado à tributação de contribuições previdenciárias sobre suas receitas (Patrocínios, Publicidades, Licenças de marcas, Jogos e Televisionamentos) na fonte, à alíquota de 5%, como substitutivo dos encargos previdenciários. O Clube também tem a responsabilidade pela retenção e recolhimento da contribuição previdenciária de empregados e de terceiros assim como, pela retenção e recolhimento dos encargos para-fiscais, inclusive, com terceiros (4,5% sobre a folha de pagamento).

(d) "Profut"

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada a Lei 13.155 que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas com a União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEEX. As entidades desportivas profissionais de futebol que aderirem ao Profut poderão parcelar os débitos na Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e no Banco Central do Brasil, e os débitos previstos na Subseção II, no Ministério do Trabalho e Emprego.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	2016	2015
Receita Bruta das Atividades (Nota 22)	292.650.813	297.110.556
Deduções sobre a Receita Bruta	(25.790.267)	(72.986.733)
Receita líquida das atividades (Nota 22)	266.860.546	224.123.823
Custos operacionais das atividades (Nota 23)	(170.138.101)	(160.025.978)
Superávit bruto	96.722.445	64.097.845
Despesas comerciais (Nota 24)	(8.043.171)	(7.776.067)
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	(73.779.542)	(46.527.259)
Outras atividades descontinuadas (Nota 26)	5.024	(155.203)
Superávit operacional	14.904.756	9.639.315
Despesas financeiras	(42.853.025)	(51.790.368)
Receitas financeiras	16.814.448	69.738.463
Superávit (déficit) do exercício	(11.133.821)	27.587.411

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	2016	2015
Superávit (déficit) do exercício	(11.133.821)	27.587.411
Outros componentes do resultado abrangente:		
Luvras - televisionamento	(60.333.333)	
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	3.151.904	2.768.852
Total do resultado abrangente do exercício	(68.315.250)	30.356.263

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (EM REAIS)

	Ajuste de avaliação patrimonial	Déficit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2014	469.805.396	(97.530.439)	372.274.957
Ajuste de exercícios anteriores		(624.880)	(624.880)
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	(2.768.852)	2.768.852	
Superávit do exercício		27.587.411	27.587.411
Em 31 de dezembro de 2015	467.036.544	(67.799.056)	399.237.488
Ajuste de exercícios anteriores		(24.625)	(24.625)
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	(3.151.904)	3.151.904	
Superávit do exercício		(11.133.821)	(11.133.821)
Em 31 de dezembro de 2016	463.884.640	(75.805.598)	388.079.042

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(11.133.821)	27.587.411
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do resultado:		
Depreciação e amortização	22.924.933	(4.920.285)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.862)	633.696
Provisões para contingências	12.896.450	749.129
Custo do ativo imobilizado e intangível baixado	473.068	182.330
	25.131.768	24.232.281
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Contas a receber	(130.475.348)	(68.140.271)
Estoques	(1.560.066)	(601.967)
Adiantamentos e devedores diversos	6.414.280	(4.201.898)
Devedores por cessão de direitos econômicos	33.185.390	(14.775.558)
Outros créditos	(2.206.774)	(2.450.340)
	(94.642.518)	(90.170.034)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(305.445)	960.377
Direitos de imagem contratados a pagar	(19.802.478)	62.692.111
Obrigações com clubes	5.726.251	1.715.367
Credores por participação e negociação de atletas	(11.537.858)	(27.635.222)
Obrigações trabalhistas e sociais	8.705.374	(1.697.834)
Obrigações fiscais	6.360.717	(41.100.549)
Adiantamento de terceiros	128.456.719	61.923.946
Outras obrigações		
	117.603.280	62.318.196
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	48.092.530	(3.619.558)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(8.525.099)	(12.492.323)
Aquisição de ativo intangível (direitos econômicos de atletas)	(32.892.727)	(10.905.543)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(41.417.826)	(23.397.866)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	55.807.536	131.880.538
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(62.883.764)	(110.666.452)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(7.076.228)	21.214.086
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(401.524)	(5.803.338)
Demonstrativo da redução no caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	(4.174.821)	(3.773.297)
No início do exercício	(3.773.297)	2.030.041
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(401.524)	(5.803.338)

A dívida objeto do parcelamento será consolidada, no âmbito de cada órgão responsável pela cobrança, na data do pedido, e deverá ser paga em até dezessete e quarenta parcelas, com redução de 70% (setenta por cento) das multas, 40% (quarenta por cento) dos juros e 100% (cem por cento) dos encargos legais. Ao valor de cada parcela, será acrescido juros obtidos pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 EM REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO


anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

A entidade desportiva profissional de futebol poderá reduzir:

I - em 50% (cinquenta por cento), o valor da 1ª (primeira) a 24ª (vigésima quarta) prestações mensais;

II - em 25% (vinte e cinco por cento), o valor da 25ª (vigésima quinta) a 48ª (quadragésima oitava) prestações mensais; e

III - em 10% (dez por cento), o valor da 49ª (quadragésima nona) a 60ª (sexagésima) prestações mensais.

Para que as entidades desportivas profissionais de futebol mantenham-se no Profut, serão exigidas as seguintes condições:

a) regularidade das obrigações trabalhistas e tributárias federais correntes, vencidas a partir da data de publicação desta Lei, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário, na forma da lei;

b) fixação do período do mandato de seu presidente ou dirigente máximo e demais cargos eletivos em até quatro anos, permitida uma única recondução;

c) comprovação da existência e autonomia do seu conselho fiscal;

d) proibição de antecipação ou comprometimento de receitas referentes a períodos posteriores ao término da gestão ou do mandato, salvo:

1) o percentual de até 30% (trinta por cento) das receitas referentes ao 1º (primeiro) ano do mandato subsequente; e

2) em substituição a passivos onerosos, desde que implique redução do nível de endividamento;

e) redução do déficit, nos seguintes prazos:

1) a partir de 1º de janeiro de 2017, para até 10% (dez por cento) de sua receita bruta apurada no ano anterior; e

2) a partir de 1º de janeiro de 2019, para até 5% (cinco por cento) de sua receita bruta apurada no ano anterior;

f) publicação das demonstrações contábeis padronizadas, separadamente, por atividade econômica e por modalidade esportiva, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, após terem sido submetidas a auditoria independente;

g) cumprimento dos contratos e regular pagamento dos encargos relativos a todos os profissionais contratados, referentes a verbas atinentes a salários, de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de contribuições previdenciárias, de pagamento das obrigações contratuais e outras havidas com os atletas e demais funcionários, inclusive direito de imagem, ainda que não guardem relação direta com o salário;

h) previsão, em seu estatuto ou contrato social, do afastamento imediato e ineligibilidade, pelo período de, no mínimo, cinco anos, de dirigente ou administrador que praticar ato de gestão irregular ou temerária;

Em 09 de Setembro de 2015, após estudos financeiros e jurídicos, o Clube levou o assunto ao Conselho Deliberativo onde foi amplamente debatido, e a adesão ao novo Parcelamento foi aprovado por maioria.

Até o encerramento das demonstrações de 2016, não foi regulamentada a LOTEX.

IFRS nessa data.

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pelo Clube que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência de divergências de prática com as normas vigentes anteriormente até 31 de dezembro de 2009, são demonstrados a seguir:

(a) CPC 27 - Ativo Imobilizado

A depreciação dos bens do ativo imobilizado deve ser apurada com base na vida útil econômica estimada dos ativos. O Clube procedeu à revisão da vida útil de seu ativo imobilizado, definindo novas taxas de depreciação, aplicáveis ao início do exercício de 2010. As novas taxas de depreciação diferem daquelas adotadas anteriormente pelo Clube.

(b) ICPC10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

O Clube pode optar por efetuar uma atribuição de custo (*deemed cost*) aos bens do ativo imobilizado. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados em todas as classes dos ativos, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente estava defasado de seu valor justo de realização destes ativos.

A definição dos custos atribuídos dos bens do Clube foram apurados com base em avaliação patrimonial efetuada por empresa terceirizada especializada no assunto, sendo os laudos aprovados pela Administração do Clube.

	2016	2015
Caixa	144.804	127.099
Bancos - conta movimento	1.169.547	1.077.356
Banco - conta moeda estrangeira a converter		57.290
Aplicações financeiras	99.645	156.889
	1.413.996	1.418.634
Saldos credores de conta-corrente (Nota 14)	(5.588.817)	(5.191.931)
	<u>(4.174.821)</u>	<u>(3.773.297)</u>

As aplicações financeiras referem-se a CDB DI, tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, as quais têm sido remuneradas a taxas de 0,91% a.m. (2015- 0,87% a.m.). Os saldos de curto prazo podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração já apropriada.

	2016	2015
Clubes de futebol	8.921.989	42.077.632
Empresas e empresários	1.048.720	1.078.467
	<u>9.970.709</u>	<u>43.156.099</u>

O Clube não mantém provisões para eventuais perdas na realização dos créditos referentes à cessão de direitos econômicos. Do valor total acima, o montante de R\$ 4.020.064 (2015- R\$ 8.451.659) encontra-se vencido em 31 de dezembro de 2016.

	2016	2015
Devedores por alugueis e concessões	578.578	408.213
Devedores por royalties	7.044.319	5.061.128
Devedores por televisionamento	77.758.356	10.167.367
Outros valores a receber	2.488.608	953.865
Devedores por concessão de logomarca	32.158.125	38.760.073
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.755.997)	(1.784.859)
Circulante	118.271.989	53.565.787
Devedores por televisionamento	75.313.292	
Devedores por concessão de logomarca	38.839.346	48.549.607
Devedores por royalties	250.851	43.000
Devedores por contratos e parcerias		31.500
Despesas a realizar		6.000
Não circulante	114.403.489	48.630.107

No ano de 2016, o valor provisionado foi de R\$ 1.755.997 (2015 - R\$ 1.784.859), considerado suficiente pela Administração do Clube para cobrir eventuais perdas.

	2016	2015
Adiantamentos de salários	42.936	2.719.884
Adiantamentos de férias		831.570
Adiantamentos a fornecedores	133.560	718.893
Adiantamentos de viagens	56.830	216.877
Outros adiantamentos	436.686	956.329
	<u>670.012</u>	<u>5.443.553</u>

	2016	2015
Aluguel de direitos federativos (a realizar)		1.266.570
Demais valores a receber	943.068	1.317.237
	<u>943.068</u>	<u>2.583.807</u>

	2016	2015
Impostos a recuperar	95.615	67.589
PAT- Programa de Alimentação do Trabalhador	97.430	47.149
Vale transporte a realizar	35.550	46.679
Prestadores de serviço a realizar	247.572	350.013
Despesas de seguros a realizar	30.627	10.432
Vale-refeição a realizar	514	48.793
INSS a realizar		140.858
	<u>507.308</u>	<u>711.513</u>

	2016	2015
Consórcios	31.123	77.580
Obras de arte	68.867	68.867
Títulos de capitalização	993.493	773.966
	<u>1.093.483</u>	<u>920.413</u>

	Terrenos	Beira-Rio	Centro de Treinamento	Parque Gigante	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	Total
Custos	478.572.440	125.675.059	2.723.295	12.399.459	493.805	923.595	620.687.653
Depreciação acumulada		(24.148.337)	(4.169)	(2.021.134)		(852.715)	(27.026.355)
Saldos em 1º de janeiro de 2015	478.572.440	101.526.722	2.719.126	10.278.325	493.805	70.880	593.661.292
Adições	11.404.194	28.655		623.444	436.030		12.492.323
Transferências	152.256				(631.111)		(478.856)
Depreciação	(5.840.438)	(893.375)		(319.616)		(70.880)	(7.124.309)
Baixas	(180.778)			(1.551)			(182.329)
Custos	478.572.440	137.050.731	2.751.950	12.921.352	298.724	923.595	632.518.792
Depreciação acumulada		(29.988.755)	(897.544)	(2.340.750)		(923.595)	(34.150.664)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	478.572.440	107.061.956	1.854.406	10.580.602	298.724		598.368.128
Adições	3.966.129			2.161.771	2.443.657		8.571.557
Transferências	1.014.708	(1.854.406)		1.854.406	(1.014.708)		
Depreciação	(6.665.167)			(631.310)			(7.296.477)
Baixas	(388.775)			(84.294)			(473.069)
Custos	478.572.440	141.642.793	897.544	16.853.235	1.727.673	923.595	640.617.280
Depreciação acumulada		(36.863.942)	(897.544)	(2.972.060)		(923.595)	(41.447.141)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	478.572.440	104.988.851	13.881.175	13.881.175	1.727.673		599.170.139
Taxa média ponderada depreciação - %	0%	4,7%	0%	3,74%	0%	0%	

(a) Imobilizado

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27, o Clube optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição de custo aos bens do ativo imobilizado.

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada, gerando um aditivo de R\$ 434.757.357 ao custo de R\$ 127.736.335 registrado no ativo imobilizado no balanço patrimonial.

A contrapartida do saldo foi registrada no patrimônio social do Clube, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", em 1º de janeiro de 2010.

A Administração entende que os bens do Ativo Imobilizado são plenamente recuperáveis por meio dos fluxos de caixa de suas operações futuras.

	2016	2015
Direitos econômicos de atletas	58.758.152	36.185.190
Direito de imagem	38.917.332	45.642.404
Direito de uso de software	1.895.235	478.854
	<u>99.570.719</u>	<u>82.306.448</u>

	2016	2015
Atletas em formação	9.143.017	13.203.076
Atletas formados	10.661.261	9.846.058
Atletas contratados	86.630.346	59.440.279
Amortização acumulada sobre atletas formados e contratados	(47.676.472)	(46.304.223)
	<u>58.758.152</u>	<u>36.185.190</u>

Os saldos das rubricas relativas a atletas amadores são os seguintes:

	2016	2015
Saldo inicial	13.203.076	12.979.656
Gastos atípicos	7.386.336	7.840.210
Baixa por desvinculação de atletas	(8.971.974)	(4.395.092)
Transferência por contratação dos atletas formados	(2.474.421)	(3.221.696)
	<u>9.143.017</u>	<u>13.203.076</u>

A movimentação das rubricas relativas a atletas amadores é a seguinte:

MOV.ATL. AMADORES	JAN	FEV	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	2016	2015	
CUSTO	478.747	465.442	520.533	635.194.65	973.738.21	594.000.00	509.762.70	514.336.29	776.662.09	594.126.37	706.498.56	617.285	7.386.336	20.819.866
PROFISSIONALIZAÇÕES	0	0	345.314	53.296.94	449.319.09	0	0	0	1.082.338.72	544.152.52	0	0	2.474.421	3.221.696
DISPENSAS	0	0	3.086.607	222.608.23	1.581.424.22	0	727.383.23	0	498.762.87	1.019.614.71	0	1.835.573	8.971.974	4.395.092
RESULTADO	478.747	465.442	(2.911.388)	359.289	(1.057.005)	594.000	(217.601)	514.336	(804.440)	(869.641)	706.499	(1.218.288)	18.832.731	13.203.076
SALDO CONTABIL	13.681.823	14.147.266	11.235.877	11.595.167	10.538.162	11.132.162	10.914.561	11.428.897	10.624.458	9.854.817	10.361.306	9.143.017		

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras do Clube foram elaboradas com observância aos princípios de contabilidade, considerando a legislação societária e o estatuto do Clube, e as observâncias das mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do CPC, pela ITG 2003- aprovada pela Resolução CFC nº 1.429, de 25 de janeiro de 2013 - que estabeleceu critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais entidades de práticas desportivas profissionais e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As presentes demonstrações financeiras foram liberadas pela Administração para exame da auditoria em 16 de março de 2017.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

O Clube realiza transações, onde a moeda definida para pagamento ou recebimento nem sempre é a moeda funcional do Clube, o Real (R\$). Nestes casos, é adotada a conversão destes valores amparando-se na NBCTG02-D.O.U. de 20 de dezembro de 2013 e suas alterações conforme NBCTG02 (R2) de 22 de dezembro de 2016.

Os seguintes termos são utilizados para elucidar estas conversões:

- Taxa de fechamento - taxa de câmbio vigente na data do balanço para operações à vista.
- Variação cambial - é a diferença resultante da conversão de um valor em uma moeda para outra moeda, a diferentes taxas cambiais.
- Moeda funcional - é a moeda do ambiente econômico onde a entidade opera. Neste caso o Real (R\$).
- Transações - as transações em moeda estrangeira são reconhecidas contabilmente pela moeda funcional após a conversão da moeda estrangeira, adotando-se a taxa fornecida pelo Banco Central do Brasil. Posteriormente, os valores são atualizados mensalmente até o momento da liquidação do título, ou apresentação do Balanço Patrimonial da entidade.

Os ganhos ou perdas resultantes destas atualizações cambiais de títulos ativos e passivos são reconhecidos no resultado do período, apresentados na demonstração do resultado do período.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no Passivo.

2.4 Ativos financeiros

O Clube classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da existência dos referidos ativos e a finalidade para a qual foram adquiridos.

Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.5 Devedores por cessão de direitos econômicos

Este grupo representa valores a receber provenientes de negociações de direitos econômicos ou federativos incidentes sobre os atletas. Na composição deste grupo, são apresentados saldos de negociações de venda ou empréstimo de atletas, bem como valores a receber relativos a direitos de formação de atletas (como mecanismo de solidariedade ou indenização por formação).

2.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber das suas diversas fontes de receita no decurso normal das atividades do Clube. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PPD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

2.7 Imobilizado

Integram terrenos, estádio e Complexo Beira Rio, Parque Gigante (Sede social e Centro de Treinamento da equipe principal), Ginásio Gigantinho, e Centro de Treinamento de Alvorada, compreendendo principalmente edifícios e locais para práticas desportivas, e são demonstrados pelo valor reavaliado até 31 de dezembro de 2007, com base em avaliações efetuadas em anos anteriores por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação para edifícios.

A depreciação é calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

2.8 Ativos Intangíveis

Integram os custos com atletas, assim classificados:

Atletas Amadores - são os atletas menores de 16 anos ou que não tenham assinado contrato profissional com o clube, estes são classificados na conta Atletas em Formação e incluem os gastos apurados individualmente através de um Sistema de Custeio. Estes atletas são constantemente avaliados por uma equipe técnica das Categorias de Base do Clube para constatar o interesse do Clube em sua continuidade ou dispensa.

Uma vez havendo a dispensa de um atleta amador das categorias de base, verifica-se a não recuperabilidade do valor investido, portanto realiza-se a baixa para despesa. Por outro lado, havendo interesse do Clube na continuidade deste atleta como profissional, o custo alocado individualmente durante o período do formação passa a ser reconhecido com custo de formação, compondo então a conta Atletas Formados.

Atletas Profissionais é composto por:

Atletas Contratados - compreende os atletas que chegaram formados ao clube. Representa os gastos inerentes à contratação e manutenção de contratos destes profissionais, como aquisição de direitos econômicos, intermediações pagas a agentes, taxas federativas, renovações de contrato e etc.

Atletas Formados - representa a profissionalização de um atleta formado no Clube, com contrato profissional. Incluem os custos acumulados da formação destes atletas e os custos relativos aos direitos econômicos destes, bem como taxas federativas relativas à profissionalização, além de intermediações, se houver.

A amortização - (tanto de direitos econômicos quanto de direitos de imagem) é realizada mensalmente pelo período do contrato ou quando ocorre o reconhecimento da baixa deste direito, seja pela rescisão contratual ou pela venda deste direito a outra entidade. Direito de imagem - Nesta conta, é reconhecido o valor total dos contratos de direitos de exploração da imagem dos atletas do Clube. Este valor é amortizado mensalmente (na conta amortização de imagem) e atende a ITG 2003 de 25 de Janeiro de 2013.

Software - São reconhecidos os valores de direito de uso dos Softwares utilizados no Clube.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados a posteriori para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório, se aplicável.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, ajustados até a data do balanço.

2.12 Obrigações com atletas, clubes, direitos de imagem contratados a pagar e credores por participação e negociação de atletas

Apresentam os valores devidos e de conhecimento da Administração e incorridos até a data das demonstrações financeiras, inclusive atualizados pela variação cambial, quando aplicável.

Obrigações com atletas: a movimentação é composta por ajudas de custo de atletas da categoria de base.

Obrigações com clubes: aquisição de atletas, definitiva ou temporária junto ao clube detentor.

Direitos de imagem: obrigação advinda do direito adquirido temporariamente no que tange à utilização da imagem dos atletas profissionais ou comissão técnica.

Credores por participação de atletas: obrigações decorrentes da aquisição de atletas junto a empresas detentoras, ou repasse dos valores devidos relativos à participação destes.

Credores por negociação de atletas: passivo composto por obrigações junto a intermediadores, que participaram nas negociações de compra ou venda de direitos econômicos.

2.13 "Profut"

Apresentam os valores corrigidos monetariamente, conhecidos pela Administração, referentes a débitos fiscais e sociais, estando ainda subordinados a homologação pelas autoridades competentes.

2.14 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Clube tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Clube espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida e/ou a receber pela comercialização de suas diversas fontes de receita no curso normal das atividades do Clube. A receita é apresentada líquida das devoluções, dos abatimentos e dos descontos

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 EM REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO



Os saldos das rubricas relativas a atletas profissionais são os seguintes:

	2016	2015
Saldo inicial	69.286.337	104.246.619
Gastos com aquisição de direitos econômicos de atletas profissionais	37.580.860	14.894.424
Contratação de atletas formados pelo Clube (transferência de atletas em formação)	2.718.979	3.495.373
Taxas de federação e confederações	1.172.134	477.923
Baixa por desvinculação de atletas	(13.466.704)	(53.828.004)
	97.291.606	69.286.337
	(47.676.472)	(46.304.224)
Amortização acumulada	49.615.134	22.982.114

A movimentação das rubricas relativas a atletas profissionais é a seguinte:

MOV. ATLETAS PROFissionais	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	2016	2015
CONTRATADOS	55.739	266.920	1.177.688	2.792.603	7.263.285	38.290	17.036.497	3.901.340	3.550.172	100.000	426.769	1.816.849	38.526.152	110.659.223
FORMADOS	590	2.160	347.893	67.536	473.290	5.453	9.676	4.440	1.090.869	544.163	243.638	151.598	2.941.265	12.505.116
DISPENSADOS	-	-	921.104	390	268.445	-	-	411.539	377.683	4.598	-	5.278.535	2.526.287	23.352.340
VENDIDOS	-	93.251	23.313	-	852.672	2.744.919	-	-	-	512.363	-	6.709.343	10.935.861	30.475.662
TOTAL	56.328	269.078	1.177.688	2.859.749	6.715.458	72.701.176	17.046.174	3.494.244	4.263.359	127.182	665.433	97.291.606	69.286.337	
Amortizado	69.342.886	48.548.852	70.099.639	72.959.389	79.674.846	76.973.870	94.079.823	97.514.094	101.777.443	101.904.636	102.580.080	97.291.606	166.579.444	
Amortização Acumulada	47.508.812	48.548.852	49.825.211	49.924.226	50.786.329	51.135.356	52.778.150	53.962.887	55.277.992	57.024.480	58.615.520	52.894.826	46.304.224	
Amortizável	21.833.854	20.999.642	21.274.428	23.035.162	28.888.516	25.838.314	41.241.689	43.931.197	46.499.451	44.880.155	43.744.516	44.308.281	120.275.220	

Os gastos com a aquisição de direitos econômicos de atletas formados são amortizados de acordo com o prazo dos respectivos contratos. O Clube, em 31 de dezembro de 2016, apresenta 177 (2015 - 200) amortizações registradas como o atletas formados em seu ativo intangível.

A Administração do Clube avaliou a recuperabilidade econômico-financeira dos direitos econômicos dos atletas Formados e atletas em Formação, de acordo com o que determina a ITG 2003, e estima que os valores contábeis apresentados refletem o valor de recuperação dos correspondentes ativos.

	2016	2015
Direito de Imagem	52.590.391	45.642.404
Amortização sobre Direito de Imagem	(13.673.059)	-
Saldo Residual	38.917.332	45.642.404

A partir do exercício de 2015, por determinação da ITG 2003 aprovada pela Resolução CFC N.º 1.429/13, o Clube passou a reconhecer a totalidade do contrato de uso da imagem do atleta no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante e sua contrapartida no Ativo Intangível, que é levado ao resultado mensal através de amortizações.

	2016	2015
Direito de uso de software	2.478.383	478.854
Amortização sobre direito de uso de software	(583.148)	-
Saldo Residual	1.895.235	478.854

14. Empréstimos

	2016	2015
Bancários (juros pré-fixados)	30.830.565	22.797.455
Conta-corrente - saldos credores	5.588.817	5.191.931
Contratos de mútuo	7.120.597	3.282.567
Circulante	43.539.979	31.271.953
Bancários (juros pré-fixados)	18.947.368	37.894.737
Não Circulante	18.947.368	37.894.737

Parte dos empréstimos refere-se à renegociação de dívidas anteriores e a restante foi utilizado para suprimento de caixa. Os contratos de empréstimos estabelecem encargos financeiros variáveis entre 1,85% a 2,28% ao mês. O prazo final para sua liquidação é dezembro de 2018. As garantias concedidas foram: Recebíveis TV Aberta (Globo), recebíveis dos sócios e Pay-per-view.

15. Credores por participação e negociação de atletas

	2016	2015
Empresas e empresários	38.421.293	44.090.845
Demais credores (clubes)	1.207.426	7.515.552
Circulante	39.628.719	51.606.397
Empresas e empresários	948.156	508.337
Não Circulante	948.156	508.337

As transações com atletas participando a participação do Clube no que se convencionou "Direito Econômico". Esse direito representa o valor das transações na "aquisição" ou "venda" dos direitos econômicos do atleta de um clube para outro. É importante salientar que a venda dos direitos econômicos não representa necessariamente a transferência do atleta para outro clube, uma vez que os direitos econômicos são desvinculados dos direitos federativos. O Sport Club Internacional é detentor de, em média, 66% dos Direitos Econômicos incidentes sobre os atletas com vínculo profissional no Clube.

Aquisições
As aquisições ocorridas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, incluem, principalmente, os valores relacionados a percentuais de direitos econômicos relativos a aquisição ou manutenção (termo de renovação de contrato) dos direitos federativos de atletas.

Negociação de atletas
O resumo das transações com atletas, que ocorreram durante todo o período do exercício de 2016, pode ser assim apresentado:

Atletas	Venda de Direitos Federativos/Econômicos	(-) Intermediação de Atletas Vendidos	(-) Participação em Direitos Federativos	(-) Baixa do Custo dos Atletas Profissionais	Aluguel de Atletas/Econômicos	(-) Intermediação de Atletas Emprestados	Receita com Indenização por Formação	Receita com Mecanismo Solidiedade	Total
ALAN KARDEC	0	0	0	0	0	0	0	20.060	20.060
ALLAN RODRIGUES	0	(273.375)	0	0	0	0	0	0	(273.375)
ANDRÉS D'ALESSANDRO	0	0	0	0	1.197.570	0	0	0	1.197.570
BRUNO GOMES	0	0	0	0	411.158	0	0	0	411.158
GILBERTO MORAES	0	0	0	0	0	0	0	18.725	18.725
GUILIANO VICTOR DE PAULA	0	0	0	0	0	0	0	462.480	462.480
GUILHERME DELLATORRE	0	0	0	0	0	0	0	9.572	9.572
JACKSON DE SOUZA	2.500.000	0	0	0	(303.631)	0	0	2.196.369	2.196.369
JOAO ALVES (JO)	728.000	0	0	0	(512.363)	0	0	215.637	215.637
MARCOS GABRIEL	0	0	0	0	0	0	0	160.449	160.449
NILTON FERREIRA	7.259.580	0	0	0	(1.492.391)	0	0	5.767.189	5.767.189
ROGERIO OLIVEIRA	6.538.950	(653.895)	(800.000)	(25.150)	0	0	0	112.980	5.172.885
SAMUEL ROSA	0	0	0	0	0	0	0	6.135	6.135
WALTER HENRIQUE	0	0	0	0	0	0	0	132.953	132.953
TOTAL	17.026.530	(927.270)	(800.000)	(2.333.535)	1.608.728	0	0	923.354	15.497.807
2015	87.479.962	(5.481.582)	(31.111.557)	(18.129.508)	4.226.253	(100.000)	73.261	2.304.069	39.260.897

Regulamento de Transferência de Atletas - FIFA
Segundo o anexo 5 do Regulamento de Transferência de Atletas da FIFA, os clubes formadores podem exigir, conforme o caso, até 5% dos valores envolvidos na transação internacional de atletas por eles formados. Existem duas formas de ressarcimento:

O Mecanismo de Solidariedade
Se um profissional for transferido antes do término do seu contrato, qualquer clube que tenha contribuído para a sua educação e formação deve receber uma proporção da compensação paga ao clube anterior (mecanismo de solidariedade). Esta contribuição é paga ao clube de acordo com a sua participação na formação do atleta, utilizando-se como base o período de vínculo do atleta com a entidade formadora.

- Temporada do 12º ao 15º aniversário: 0,25% da compensação total.
- Temporada do 16º ao 23º aniversário: 0,50% da compensação total.

Indenização por Formação
Destina forma, o clube formador receberá sempre que o atleta formado for transferido a partir de uma terceira entidade desportiva. Diferentemente do mecanismo de solidariedade, a indenização por formação é paga ao clube formador somente quando da transferência do atleta.

A indenização por formação é uma forma de ressarcir o clube formador pelos gastos havidos com a formação deste atleta, uma vez que o mesmo foi transferido a outra entidade antes do aprofundamento da plena condição técnica de atleta formado.

16. Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Provisão de férias	2.758.248	2.360.545
Provisão para gratificação	2.300.024	2.059.075
Provisão encargos s/gratificação	77.386	200.000
Rescisões e indenização a pagar	6.205.040	8.329.483
Salários a pagar	2.193.819	517.945
Outras obrigações trabalhistas	3.842.193	324.749
	17.376.710	13.791.797

17. Obrigações fiscais e sociais

	2016	2015
Impostos a recolher	5.251.620	2.915.007
Encargos sociais a recolher	2.586.064	957.017
Impostos parcelados	1.588.353	1.380.910
Outros valores	744.979	13.778
Circulante	10.101.016	5.266.712
Impostos parcelados	7.773.120	7.555.575
Receitas Diferidas	224.005	235.846
Não circulante	7.997.125	7.791.597

18. Dívidas fiscais e sociais - Profut

Em 18 de Dezembro de 2015, o Clube aderiu a programa de parcelamento fiscal denominado de PROFUT junto a Secretaria da Receita Federal (SRF), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Previdência Social (INSS) e Caixa Econômica Federal (FGTS), de acordo com a Lei nº 13.155 de 04 de Agosto de 2015.

Foram incluídos no PROFUT valores que constavam no Parcelamento da TIMEMANIA, os quais foram reduzidos conforme Art. 7º da Lei nº 31.355 de 04 de agosto de 2015, sendo:

- 70% (setenta por cento) das multas;
 - 40% (quarenta por cento) dos juros; e
 - 100% (cem por cento) dos encargos legais.
- Com a adesão ao PROFUT, e a redução das multas, juros e encargos legais, o Clube obteve uma redução nos valores a pagar no montante de R\$ 47.109.815.

Os valores que compõem o parcelamento estão demonstrados abaixo:

	2016	2015	2016	2015
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	166.511	256.535	3.711.839	5.991.497
Secretaria da Receita Federal - SRF	182.033	287.038	6.398.478	5.706.007
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.657.185	1.096.756	61.863.786	59.357.398
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	462.662	370.228	16.726.665	14.142.981
	2.468.391	2.010.557	88.700.766	82.797.883

O Clube optou pelo parcelamento das dívidas com Secretaria da Receita Federal - SRF, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS em 240 parcelas conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 13.155 de 4 de agosto de 2015. Pagamentos com as seguintes reduções nas parcelas conforme Art. 7º, §6º da mesma lei:

- em 50% (cinquenta por cento), o valor da 1ª (primeira) a 24ª (vigésima quarta) prestação mensal;
- em 25% (vinte e cinco por cento), o valor da 25ª (vigésima quinta) a 48ª (quadragésima oitava) prestação mensal; e
- em 10% (dez por cento), o valor da 49ª (quadragésima nona) a 60ª (sexagésima) prestação mensal.

As demais prestações não sofrerão redução. Tendo como primeira competência paga novembro de 2015. Já o parcelamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, foi constituído em 180 vezes conforme Art. 12 da Lei 13.155. A primeira parcela foi paga no mês de janeiro de 2016.

Conforme Art. 7º, § 5º da Lei 13.155, ao valor de cada uma das parcelas, será acrescido juros obtidos pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Estes o encerramento das demonstrações financeiras, apenas a dívida do parcelamento de INSS não havia sido consolidada. Por isto estão aguardando a informação oficial da Previdência Social para fazer os ajustes necessários na Contabilidade.

A seguir, apresentamos a situação das certidões do Clube sobre os tributos e as contribuições federais:

- (i) Certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, válida até 15 de março de 2017;
- (ii) Certificado de Regularidade do FGTS, com validade até 24 de março de 2017;
- (iii) Certidão positiva com efeitos de negativa da Secretaria da Fazenda da Receita Federal, nos termos do artigo 206 do CTN, válida até 03 de abril de 2017; e
- (iv) Certidão geral positiva de débitos de tributos municipais, com efeito de negativa da Secretaria Municipal da Fazenda, válida até 13 de março de 2017.

19. Contas a pagar e adiantamentos de terceiros

	2016	2015
Adiantamento de televisoramento	92.492	92.492
Patrocínios a pagar	20.236.519	29.969.556
Aluguéis a realizar	792.925	445.635
Prestadores de serviços	7.214.219	7.096.618
Receitas antecipadas	81.127.756	5.482.350
Outras contas a pagar	2.118.753	5.676.964
Circulante	111.490.172	50.192.041
Receitas a realizar	116.832.446	49.669.247
Não circulante	116.832.446	49.669.247

20. Provisão para contingências

(a) Contingências - passivas

(i) De natureza cível:
As contingências passivas são reconhecidas nas obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas análises realizadas no universo das ações existentes, as mesmas foram classificadas na expectativa de perda (provável, possível e remota). Neste sentido, a Administração, após análise do enunciado na Nota 2.14 reconheceu no passivo os valores por natureza, atualizado até a data do balanço.

Perda Possível
O status destes processos, na avaliação dos advogados, não indica uma perda provável, pois a matéria ainda não foi sumulada e há divergência nas turmas dos tribunais regionais. Por este motivo esses valores não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2016. Há um montante de R\$ 7.719.730 classificado como perda possível segundo nossos assessores jurídicos.

	Depósitos judiciais	Provisões constituídas
	2016	2015
Cíveis	14.439.938	5.577.943
	14.439.938	5.577.943

(ii) De natureza trabalhista
As contingências trabalhistas são reconhecidas nas obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas análises realizadas no universo das ações existentes, as mesmas foram classificadas na expectativa de perda (provável, possível e remota). Conforme nosso assessores jurídicos, há um montante de R\$ 23.099.338 estimado como perda possível.

Neste sentido, a Administração considerando o enunciado na Nota 2.14 reconheceu no passivo os valores por natureza, atualizado até a data do balanço.

	Depósitos judiciais	Provisões constituídas
	2016	2015
Trabalhistas	10.421.237	8.229.786
	10.421.237	8.229.786

Foram constituídas, para atender as eventuais perdas, as seguintes provisões: de natureza cível, no valor de R\$ 14.439.938 e de natureza trabalhista, no valor de R\$ 12.067.725.

As provisões constituídas estão classificadas no balanço patrimonial, conforme segue:

	2016	2015
Circulante	21.714.085	9.227.560
Não circulante	4.793.578	4.383.652
	26.507.663	13.611.212

(b) Contingências ativas
(i) De natureza administrativa:
O Clube promove ações judiciais de cobrança relacionadas à indenização por formação de seus atletas e transferências internacionais - mecanismo de solidariedade. De acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos, existe a expectativa de êxito provável no montante de R\$ 754.768 (2015 - R\$ 2.994.595), que será reconhecido apenas no momento do seu recebimento.

21. Direitos e obrigações com mercado exterior - moeda estrangeira

	Moeda de contratação		Em Reais
	2016	2015	2016

Devedores de direitos			
Euros			


23. Custos operacionais das atividades

	2016	2015
Futebol		
Pessoal e benefícios	88.812.361	76.045.223
Direito de imagens	30.299.382	47.302.436
Empréstimos de atletas	1.266.570	2.039.125
Baixa de direitos federativos de atletas	8.627.668	4.876.038
Amortização de atletas	12.244.623	23.195.108
Comissões sobre transações de atletas	96.000	355.500
Logística	6.153.527	7.188.901
Serviços de terceiros	5.236.363	2.524.567
Serviços de apoio	3.577.008	2.535.942
Material de consumo	2.997.988	2.388.541
Gratificações de atletas	4.910.908	3.780.727
Manutenção	3.929	5.493
Obrigações Legais	8.537.062	4.348.616
Aluguéis	4.308.983	2.494.279
Recuperação de custos e formação de atletas	(8.521.466)	(19.693.779)
Outros custos (*)	1.587.195	639.261
	170.138.101	160.025.978

(*) O montante apresentado no quadro anterior na rubrica "Outros custos" pode ser assim detalhado:

	2016	2015
Comunicação	112.355	74.260
Divulgação Oficial	249.580	1.785
Energia e Utilidades	297.532	166.863
Tarefas	648.139	24.832
Depreciação	279.589	326.976
Doações		44.545
	1.587.195	639.261

24. Despesas comerciais

	2016	2015
Marketing	5.217.329	5.763.509
Mídia	2.825.842	2.012.558
	8.043.171	7.776.067

25. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Conselhos	726.181	492.782
Assessoria Jurídica	2.817.708	2.523.480
Gabinete Presidência	1.527.298	845.400
Assessoria Qualidade	549.090	195.119
Ouvidoria	271.819	228.416
Controladoria e Transparência	77.905	45.914
Administração	31.693.116	15.681.033
Patrimônio	18.526.644	13.425.593
Finanças	2.277.454	2.257.915
Central Atendimento Sócios	2.324.623	1.929.805
Museu	917.065	664.010
Tecnologia da Informação	4.309.425	3.209.477
Recursos Humanos	727.708	586.880
Parque Gigante	4.083.592	2.203.123
Relações Sociais	1.488.551	992.833
Genoma Colorado	176.489	213.391
FECI e Esportes Amadores	1.284.874	1.032.088
	73.779.542	46.527.259

26. Outras atividades descontinuadas

	2016	2015
Ganho na alienação de bens	5.024	
Realização aporte suíte		(155.203)
Perdas por sucata		(155.203)
	5.024	(155.203)

27. EBITDA

	2016	2015
Superávit (déficit) do exercício	(11.133.821)	27.587.411
Depreciação	7.296.477	6.252.152
Amortização	15.628.456	24.001.923
Resultado financeiro, líquido	26.034.187	2.479.207
	48.959.120	32.733.282
Total	37.825.299	60.320.693

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do Sport Club Internacional
Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Sport Club Internacional ("Clube"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e limitações do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sport Club Internacional em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Solicitamos uma posição do controlador auxiliar do grupo de contas de "impostos e contribuições a recolher", cujo montante é de R\$ 5.799.694, em 31 de dezembro de 2016. Entretanto, o Clube não possui tal controle para suportar o saldo contábil. Conseqüentemente, tal situação não nos permite concluir sobre a adequação do saldo dessa conta naquela data. Na data do encerramento dos trabalhos, essa conta contábil encontrava-se em processo de conciliação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Clube, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Clube é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Prestação de Contas da Gestão. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Prestação de Contas da Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Prestação de Contas da Gestão e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Prestação de Contas da Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Sport Club Internacional é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as práticas contábeis aplicáveis às entidades desportivas profissionais (ITG 2003) e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que assembleia de sócios pretenda extinguir o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de março de 2017.

SAWERYN & Associados S/S, Auditores Independentes, CRC RS03349/O-0
Marcelo de Deus Saweryn, Sócio, Contador CRC RS 54712/O-5

Presidente:
Vitorio Carlos Costi Piffero
CPF: 184.618.080-53

1º Vice-Presidente:
Pedro Antônio Affatato
CPF: 335.222.860-49

2º Vice-Presidente:
Luiz Henrique Nuñez de Oliveira
CPF: 265.312.320-72

Controladoria e Transparência
Sandro Santos Farias
CPF: 457.599.790-00

Contador CRCRS 082635/O-6:
Fabrício Rodrigues Calistro
CPF: 936.788.000-68